

ORÇAMENTO CRESCE, AVESSO A DEMANDAS SOCIAIS. DÍVIDA IDEM

Antonio Biondi e Marina Gonzalez
Jornalistas

Daniel Garcia



Em 2005, manifestantes lotam auditório da Assembléia Legislativa durante audiência da Lei de Diretrizes Orçamentárias

As gestões de Mário Covas e Geraldo Alckmin evitaram a participação dos contribuintes e a colaboração dos deputados nas decisões referentes ao destino do dinheiro arrecadado pelo Governo por meio de tributos e taxas. Apesar do declínio da economia paulista, bem como da sonegação e evasão fiscais, as receitas vêm aumentando a cada ano e devem chegar a R\$ 81 bilhões em 2006. Por outro lado, a dívida pública já alcança R\$ 126 bilhões e os precatórios somam R\$ 13 bilhões

“Locomotiva do Brasil”, “coração da economia nacional”, “Estado mais industrializado”. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Seade revelam que São Paulo, que concentra 22% da população nacional, responde por cerca de 32% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, que em 2005 totalizou mais de R\$ 1,9 trilhão. O Estado já deteve uma fatia maior do PIB, mas o declínio econômico visível na desindustrialização de algumas regiões não parece afetar a arrecadação tributária do Governo estadual, cujas receitas têm aumentado ano a ano, em valores reais.

Dados da Secretaria de Economia e Planejamento indicam que, de 2003 a 2005, quando Alckmin esteve à frente do Executivo estadual, as receitas cresceram nominalmente mais de 31%, passando de R\$ 58 bilhões para R\$ 76 bilhões. Já o Orçamento de 2006 prevê receitas de R\$ 81,29 bilhões. Quase metade dessa cifra provém da cota-parte paulista do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é arrecadado pelo governo federal e repassado aos Estados (vide tabela 1).

A magnitude das quantias que conferem ao Governo paulista a condição de segundo maior arrecadador do Brasil, atrás apenas da União, provoca indagações sobre a destinação dessas verbas, visto que não são poucos os indicadores sociais em que São Paulo se situa em posições inferiores às de outros Estados brasileiros. Nesse quesito,

Tabela 1 - Orçamento do Estado de SP 2006: receitas (em milhões de R\$)

Receitas*		Sub-total 1	Sub-total 2	Total
Receitas próprias	Administração Direta	ICMS do Estado	40.976	53.312
		Outras receitas	12.336	
	Administração Indireta	Autarquias	3.686	58.325
		Fundações	465	
Empresas dependentes		862		
Receitas Vinculadas	Federais		4.173	5.702
	Estaduais		1.081	
	Fundo Especial de Despesa		448	
Transferências a municípios	Vinculado Estadual	ICMS Parte dos Municípios	13.659	16.376
		Demais	2.717	16.456
	Vinculado Federal		81	
Operações de crédito	Administração Direta		777	808
	Administração Indireta		31	
Total				81.292

Fonte: sítio da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento de São Paulo.
*Dotação inicial

vale observar que tanto Covas como Alckmin notabilizaram-se pelo férreo controle sobre a elaboração e a aprovação do Orçamento estadual — formalmente compartilhadas com a Assembléia Legislativa.

A quase inexistente disposição do Executivo de dialogar a respeito da peça orçamentária — consubstanciada, num primeiro momento, na forma da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — tem motivado duras críticas tanto da oposição “tradicional” representada pelo PT quanto de uma forte ala do PFL, partido que foi por muitos anos o principal aliado do PSDB no legislativo.

Os meandros dos processos de elaboração e aprovação do Orçamento de São Paulo são hoje tão

pouco conhecidos da população quanto a origem, o destino e a execução das verbas de que o Governo dispõe para desenvolver a economia estadual e melhorar os serviços públicos de saúde, educação, habitação, segurança pública e outros.

No que diz respeito aos investimentos e prioridades, as gestões de Covas e Alckmin receberam forte crítica de diversos setores, que afirmam que as definições nesses campos se deram segundo avaliações quase exclusivas dos ocupantes do Palácio dos Bandeirantes e assessores, sem participação da sociedade ou dos outros poderes. Para os críticos, tal forma de governar teria sido um grave equívoco, demonstrado pelo aumento dos problemas sociais registrados, por

exemplo, na baixa geração de empregos e em áreas sensíveis como saúde, educação e especialmente a segurança pública. Regiões mais pobres do Estado, como o Vale do Ribeira e o Pontal do Paranapanema, teriam permanecido esquecidas no tempo, à espera de investimentos que jamais chegaram, enquanto outras tiveram o potencial desperdiçado, por não verem suas demandas atendidas ou sequer ouvidas.

Procurado para uma entrevista, o titular da Secretaria de Economia e Planejamento, Fernando Carvalho Braga, não respondeu à reportagem.

A Secretaria da Fazenda destaca que em 2005 os gastos nas áreas sociais somaram R\$ 11 bilhões, 13,6% acima de 2004. Entre 1999 e 2005 os gastos em Educação teriam ultrapassado o mínimo constitucional de 30%

A Secretaria da Fazenda destaca, em texto publicado no sítio do Governo do Estado, que em 2005 o dispêndio nas áreas sociais somou R\$ 11,05 bilhões, 13,6% a mais do que em 2004. Os maiores gastos teriam ocorrido em saúde, educação, segurança pública e direitos da cidadania, assistência social e trabalho. Ainda segundo o texto, entre 1999 e 2005 os gastos em educação ultrapassaram todos os anos o mínimo constitucional de 30%. O dado é contestado por entidades e pelos partidos de oposi-



Força e riqueza do Estado são reais, mas economia enfrenta problemas

ção, que acusam o Governo de incluir despesas de outras áreas nos cálculos.

Contudo, a disputa pela destinação das verbas tem início, a cada ano, no processo de debate e votação da LDO. No final de 2004, no processo de aprovação do Orçamento 2005, foram apresentadas 8.258 emendas à LDO, número recorde na história da Alesp até ali. Dessas, no entanto, pouco mais de 500 foram incorporadas ao Orçamento, e as demais descartadas.

Durante oito anos, enquanto foi relator da LDO o deputado Roberto Engler (PSDB), fidelíssimo seguidor do Governo, as emendas dedicadas a atender a demandas populares e permitir que os parlamentares exercessem o papel de representantes da população foram seguidamente rejeitadas nas comissões de Finanças e Orçamento (CFO) e de Economia e Planejamento, sob a argumentação de que eram pontuais. A base governista defendia que o Orçamento não deveria ser tão específico, fazendo valer a vontade do Executivo de manter a peça orçamentária praticamente intacta em sua tramitação na Casa.

Em janeiro de 2005 ocorreram mudanças importantes na tramitação do Orçamento, motivadas por uma inédita aliança parlamentar entre PT e PFL e pela eleição de Rodrigo Garcia (PFL) para presidente da Alesp (**vide p.46**). A reportagem buscou entrevistar a respeito dessas questões o deputado Vaz de Lima (PSDB), que integra a CFO, mas ele não respondeu aos pedidos.

O veto de Alckmin ao projeto de LDO aprovado pela Alesp em 2005, que pela primeira vez em vários anos incorporava emendas importantes do movimento social, confirmou a má vontade com que os gestores tucanos vêem o tema da participação popular na elaboração do Orçamento. Exigida por lei nos âmbitos federal e estadual, nas gestões do PSDB essa participação ocorreu, até 2004, por meio de audiências públicas esvaziadas ou de consultas na internet, em ambos casos com vistas a cumprir o protocolo e sem que ficasse claro como as sugestões seriam aproveitadas.

A recusa às contribuições da população sempre foi tão perceptível que um projeto de autoria do depu-

Tabela 2- Orçamento do Estado de SP 2006: despesas (em milhões de R\$)

Pessoal e Encargos	Custeio em atividade	Sentenças judiciais	Transferências a municípios	Serviço da dívida	Investimentos	Reserva de contingência	Total
33.510	15.617	987	16.456	8.066	6.651	5	81.292

Fonte: sítio da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento de São Paulo. Os valores se referem à dotação inicial

tado Mário Reali (PT), que regulamentava as audiências públicas do Orçamento, LDO e Plano Plurianual buscando garantir-lhes a devida publicidade e efetividade, foi aprovado pela Alesp em 2003, mas vetado na íntegra por Alckmin. Também em 2003, a Alesp organizou o Fórum Paulista de Desenvolvimento Econômico Sustentado, com debates nas várias regiões administrativas do Estado. A iniciativa, cuja idéia central era ouvir os políticos, administrações e população das cidades de São Paulo, deixou como herança um belo livro, mas não foi muito além disso.

No caldo do processo de mudanças na Alesp em 2005, os deputados da CFO decidiram organizar audiências para ouvir a população do Estado e os movimentos sociais. As reivindicações elencadas serviram de subsídio às emendas dos parlamentares à LDO — por exemplo a que destinava mais verbas para a educação e universidades. No processo de elaboração do Orçamento de 2006, foram promovidas 49 audiências, sendo 42 em cidades do interior e litoral e sete da Região Metropolitana de São Paulo.

Houve até um acordo inicial entre os partidos da situação e oposição para que o Orçamento dispusesse de R\$ 10 milhões para atender às emendas de cada uma das 42 cidades, além de outros R\$ 70 milhões para a Grande São Paulo. O valor

aprovado no Orçamento acabou ficando em metade disso, mas as audiências para o Orçamento de 2007 já estão garantidas: serão 24, número definido também de acordo com o calendário eleitoral. Um dos maiores entusiastas da proposta é o deputado José Caldini Crespo (PFL), que preside a CFO e encontrou na iniciativa um meio de buscar se diferenciar do PSDB, afirmando que os parlamentares do PFL não são “prepostos” do governador.

Entre 1994 e 2005 a dívida pública do Estado cresceu 33% em termos reais ou 309,59% em termos nominais, de acordo com dados da Liderança do PT na Alesp. No final de 2005, o Estado possuía uma dívida de R\$ 126 bilhões

A questão das finanças públicas paulistas comporta outra faceta bastante explosiva. A dívida pública do Estado, que foi calculada em 2005 em 1,98 vezes a receita de São Paulo, cresceu entre 1994 e 2005 cerca de 33% em termos reais (descontada a inflação), ou

309,59% em termos nominais, de acordo com dados da Liderança do PT na Alesp. Com isso, no final de 2005, o Estado possuía uma dívida de R\$ 126 bilhões, segundo dados da Secretaria Estadual da Fazenda. O alto grau de endividamento levou o Estado a pagar precatórios, nas últimas gestões, com anos de atraso, ensejando pedidos de intervenção federal sempre rejeitados pelos tribunais.

A necessidade de redução desse passivo do poder público estadual foi usado como uma das alegações centrais para as privatizações, que geraram, entre 1997 e 2005, receita de R\$ 26 bilhões, conforme dados da Fazenda estadual (**vide texto à p.41**). Controverso por natureza, o Programa Estadual de Desestatização (PED) viu as críticas e resistências subirem de tom devido a vendas de empresas estaduais recheadas de favorecimentos e falta de justificativas plausíveis.

Alguns números dos últimos orçamentos paulistas impressionam, não só por sua magnitude como pelas contradições implícitas e explícitas. Um exemplo são os precatórios — pagamentos determinados pela Justiça em decisões de última instância, contra as quais não cabe recurso — cujo estoque ao final de 2005 totalizava R\$ 13 bilhões. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo* (30 de abril de 2006), há dívidas com

Daniel Garcia

**Daslu: acusações**

até sete anos de atraso. O Executivo estadual reconhece o montante apontado pelo jornal, que supera o saldo devedor de precatórios de todos os demais Estados brasileiros somados, mas relata dificuldades e iniciativas tomadas, alegando não haver descaso com a questão.

A legislação respalda o modo como o Estado age em relação ao problema, deixando os credores sem opção além de esperar. Muitas vezes, quem tem direito a receber o precatório, sobretudo pessoas mais pobres, acaba vendendo esse direito, por até 30% do valor correto. Já quem compra aguarda para receber o valor integral, acrescido de juros.

O Orçamento de 2006 de São Paulo destina mais de R\$ 8 bilhões

O DISCRETO CHARME DA DECADÊNCIA

Antonio Biondi e Daniel Merli

Jornalistas

A participação da economia paulista no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro vem caindo seguidamente, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em 1995, a fatia do PIB nacional gerada em São Paulo era de 35,5%, ante 37,8% em 1980 e 39,5% em 1970. Em 2003, esse número chegou a 31,8% — os dados de 2005 ainda não foram consolidados pelo instituto.

Já a participação no PIB do setor industrial, que era de 57,6% em 1970, caiu para 47,7% em 2002. O PIB *per capita* também vem caindo, e as riquezas concentram-se, sobretudo por meio dos ganhos com investimentos financeiros — leia-se improdutivos.

Um estudo do economista Marcio Pochmann, professor da Unicamp, aponta que a produção

paulista crescia mais no tempo em que havia mercado interno para seus produtos. Agora atrelado ao mercado financeiro, São Paulo tem crescido menos. “Quando o Brasil ia bem, melhor ainda tendia a ir o Estado de São Paulo”, constata Pochmann, no seu estudo “Decadência paulista”. Segundo ele, “a estrutura de produção paulista foi sendo desenhada em função da demanda do mercado interno, inicialmente pela substituição de importações (1930-1954) e, posteriormente, pelo avanço da industrialização pesada (1955-1980)”.

No campo das exportações, o estudo aponta que, segundo dados do IBGE, em 1911 São Paulo respondia por 87,5% das vendas brasileiras para o exterior, principalmente pelo café. Já em 1975, auge da industrialização, a partici-

para o pagamento de serviços da dívida, ao passo que os investimentos contam com apenas R\$ 6,65 bilhões (**vide tabela 2**). Para entender tais equações orçamentárias, a *Revista Adusp* buscou entrevistar diversos professores do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. O único que se dispôs a responder foi o professor André Franco Montoro Filho, que logo em seguida anunciou que sairia candidato a deputado federal. Os demais se disseram pouco familiarizados com o tema.

A renúncia de receita do ICMS chegou a R\$ 2,9 bi em 2004. Para as universidades estaduais paulistas, isso representou perda de R\$ 99 milhões, e a Educação como um todo sofreu perda estimada em R\$ 310 milhões

PAULISTA

pação do Estado nas exportações caiu para 15,7%. O número subiu na década seguinte, chegando, em 1985, a 37,3%. Permaneceu então nesse patamar, voltando a subir em 2001, quando alcançou 39,1%.

O estudo aponta que o fortalecimento do mercado interno foi “objeto de políticas públicas por praticamente todos os governos (autoritários ou democráticos) até a década de 1980”. O quadro permitiu que a economia paulista dependesse menos da demanda internacional e, ao mesmo tempo, apesar da forte concentração industrial em São Paulo, ocorreu a expansão econômica por todo o Brasil. Tais fatores foram dos mais importantes na redução substancial do peso paulista no total das exportações nacionais.

Entre 1980 e 2002, o PIB *per capita* de São Paulo caiu 3%. De segundo



Fábrica desativada no bairro do Belém, na zona leste da capital

Estado com maior PIB *per capita*, atrás apenas do Distrito Federal, São Paulo caiu para a terceira posição em 2002, sendo ultrapassado pelo Rio de Janeiro. Se a tendência se mantiver, Pochmann calcula que São Paulo pode chegar à 11ª posição em 2012.

Na visão do pesquisador, os altos juros e o pagamento que o Estado brasileiro faz dos títulos da dívida pública criaram uma “elite rentista” que vive apenas desses rendimentos.

ao exterior.

Também em 2005, veio a público um esquema de obtenção de vantagens fiscais com a exportação fictícia de óleo e farelo de soja. Um grupo de empresas teria deixado de recolher cerca de R\$ 2 bilhões aos fiscos estadual paulista e federal. Entre as empresas beneficiadas com créditos fiscais irregulares estariam o grupo Pão de Açúcar, Casas Pernambucanas, Tigre, Sucos Del Valle, Adria, Ficap, Arc Sul, Beraca Sabará e Lua Nova (Panco).

Em sua edição de abril de 2006, o jornal do Sindicato dos Agentes

O resultado, segundo Pochmann, é concentração de riquezas — e concentração do número de famílias consideradas ricas em São Paulo. Em 1980, quatro em cada dez famílias ricas do Brasil eram paulistas. Em 2000, eram seis em cada dez. No estudo, o economista registra que “a decadência produtiva de São Paulo apresenta uma certa elegância, diante da concentração cada vez maior de famílias ricas do país no Estado”.

Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp) traz entrevista com o secretário estadual da Fazenda, Luiz Tacca Júnior, que destaca uma série de iniciativas da Secretaria que visam “aperfeiçoar as ações de combate à sonegação com a modernização do sistema de arrecadação”.

Nesse sentido, o diretor executivo de administração tributária, José Clóvis Cabrera, afirmou à *Revista Adusp* que as ações de repressão à sonegação fiscal desenvolvidas pela Secretaria da Fazenda em 2005 resultaram no registro de

É difícil precisar quanto os cofres estaduais deixam de arrecadar em ICMS e outros tributos em razão da falta de combate à sonegação fiscal. Alguns dos escândalos mais recentes podem dar uma pista. Em 2005, a Polícia Federal prendeu 70 pessoas ligadas ao Grupo Schincariol, acusado de sonegar cerca de R\$ 600 milhões por ano, em impostos federais e estaduais. Outro caso de grande repercussão foi a da *megastore* Daslu, suspeita de sonegação fiscal, formação de quadrilha, falsificação de documentos, contrabando e remessa ilegal de recursos

SÃO PAULO: PRINCIPAIS INDICADORES

- No início de agosto de 2006, a população do Estado de São Paulo era estimada em pouco mais de 40,5 milhões pela Fundação Seade, ou cerca de 22% dos 186 milhões de brasileiros estimados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na mesma época

- O Orçamento de São Paulo em 2006 prevê R\$ 81,29 bilhões de receitas

- Ao final do exercício de 2005, a dívida consolidada de São Paulo era de R\$ 126 bilhões, segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda

- Segundo o IBGE, o PIB paulista em 2003 foi de R\$ 494,8 bilhões. Após a economia crescer 7,5% em 2004 e 2,9% em 2005, o PIB de 2005 chegou a cerca de R\$ 550 bilhões

- Quanto à concentração de renda, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostra que São Paulo apresentava em 2000 um índice de Gini de 0,59, quando o do Brasil era de 0,65. Em 1991, o de São Paulo era de 0,56 e o do Brasil de 0,63. Quanto mais próximo de 1, mais desigual é o Estado ou o país

- O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de São Paulo era de 0,778 em 1991. Em 2000, chegou a 0,82. No Brasil, o indicador, baseado na expectativa de vida, educação da população e PIB per capita, subiu de 0,696 em 1991 para 0,766 em 2000. Os dados são do IBGE. Quanto mais próximo de 1, melhor o IDH

- São Paulo possui 645 municípios. Destes, 175 possuem IDH entre 0,919 (São Caetano do Sul) e 0,8; 461 apresentam IDH entre 0,799 e 0,7; e nove possuem IDH entre 0,7 e 0,645 (Itapirapuã Paulista)

- Segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social, da Fundação Seade, que considera os indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade nos municípios, em 2002 São Paulo possuía 104 municípios com baixos níveis nesses indicadores (Grupo 5); 188 no Grupo 4 (com baixo níveis de riqueza, mas níveis intermediários de longevidade e escolaridade); 201 com baixo nível de riqueza, mas bons indicadores sociais (Grupo 3); 81 no Grupo 2 (riqueza elevada, mas sem bons indicadores); e 71 no Grupo 1, dos municípios com os melhores indicadores.

15.894 autos de infração de multa, constituindo-se crédito tributário de R\$ 11,195 bilhões, entre impostos devidos, multas e juros.

Por outro lado, o atual governo adotou de forma crescente mecanismos de renúncia e isenção fiscais nos últimos anos. De acordo com a Liderança do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa, a renúncia de receita de ICMS da cota-parte do Estado cresceu de R\$ 1,9 bilhão, em 2001, para R\$ 2,9 bilhões, em 2004 — aumento de 54% em três anos. As informações se baseiam em dados enviados em 2005 pela Secretaria da Fazenda,

em resposta a requerimento do deputado Renato Simões (PT).

Para as universidades estaduais paulistas, a renúncia fiscal representou perda de R\$ 99 milhões, mesma soma dos recursos necessários para construir a USP Zona Leste. Calcula-se que neste período a Educação como um todo sofreu uma perda de R\$ 310 milhões e a Saúde de R\$ 113 milhões.

Esses dados, porém, não incluem os efeitos das medidas anunciadas entre 2004 e 2005 pelo então governador Geraldo Alckmin. Nesse período diversos setores produtivos tiveram sua tri-

butação do ICMS reduzida: autopeças, cosméticos, perfumarias e produtos de higiene, medicamentos, alimentos, vinho, atacadista de couro, instrumentos musicais e brinquedos. Antes, o Governo paulista já havia reduzido o ICMS, de 18% para 12%, para os setores têxtil e de calçados e artefatos de couro; além do álcool combustível, de 25% para 12%. Em maio de 2005, foi a vez das empresas de *call center* — cuja alíquota do ICMS baixou de 25% para 15%. A redução também contemplou o pão francês, o trigo, o macarrão e o consumo de energia.

FORTEMENTE CONTESTADAS, PRIVATIZAÇÕES RETORNAM COM A LEI ESTADUAL DE PPP

Antonio Biondi e Alessandra Mota
Jornalistas

O Programa Estadual de Desestatização (PED) arrecadou de 1997 a 2005 pouco mais de R\$ 26 bilhões, segundo dados da Secretaria do Estado da Fazenda de São Paulo. Cálculos da Liderança do PT na Assembléia Legislativa indicam que, considerando-se as receitas esperadas pelo atual governo com as privatizações em 2006, as gestões tucanas do Executivo paulista (1995-2006) terão privatizado o equivalente a R\$ 37,7 bilhões em termos nominais. Corrigindo-se esse valor pela inflação do período, chega-se à espantosa cifra de R\$ 77,5 bilhões.

Em matéria publicada no sítio do Governo estadual em janeiro de 2006, a Secretaria da Fazenda destaca que o PED “tem sido fundamental para assegurar o equilíbrio das contas públicas e, ao mesmo tempo, para promover uma profunda reorganização do Estado e provocar mudanças estruturais muito profícuas para a economia paulista”. O PED promoveu todo tipo de operações voltadas a privatizar os serviços públicos e o patrimônio do contribuinte paulista. Estradas, ferrovias, bancos, companhias de abastecimento, energia elétrica e de gás, hotéis e estâncias turísticas foram repassados à iniciativa privada.

O PED foi duramente questionado pela forma como algumas vendas e

concessões se deram. Em alguns casos, as críticas ficaram centradas em questões como as altas tarifas cobradas nos pedágios das rodovias paulistas administradas por concessionárias — e os consequentes lucros gerados por essa atividade.

Outros casos foram mais graves, como a venda da Eletropaulo à AES, em que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) emprestou dinheiro para a operação e depois levou um calote. A compradora contraiu uma dívida inicial de US\$ 1,2 bilhão junto ao banco, mas teve perdoados US\$ 200 milhões de juros, ganhou 12 anos para pagar metade do débito original e passou a ter o BNDES como sócio em 2003.

***Em 2006, mesmo sob forte
contestação, o Governo
paulista vendeu a CTEEP,
maior empresa brasileira
de transmissão elétrica.
A CTEEP foi comprada
por uma empresa menor
do que ela e sem os
recursos necessários***

Em 1997, os Estados brasileiros refinanciaram suas dívidas com a União, assumindo compromissos de ajuste fiscal. As dívidas foram refinanciadas por 30 anos, a juros de 6% ao ano, além de correção pela inflação. As parcelas mensais com juros e amortização da dívida não podiam ultrapassar 13% da receita líquida do Estado no mês. No caso de São Paulo, uma parcela da dívida de R\$ 2 bilhões foi quitada com a entrega do Banespa à União. Em 2000, o banco foi vendido por R\$ 7,05 bilhões aos espanhóis do Santander.

A intensidade do PED não impediu que São Paulo fechasse 2005 com a relação dívida/receita corrente líquida em 1,98. O número, bem melhor que o de 2004 (2,23), ainda situa-se perigosamente perto do limite de 2,0 vezes estabelecido na legislação ligada à Lei de Responsabilidade Fiscal criada pelo governo FHC. Em termos práticos, a relação de 1,98 significa que a dívida equivale a quase o dobro da receita anual do Governo.

Arrefecidas a partir de 2000, desde 2004 as privatizações voltaram a São Paulo com força — mas também com algumas sutilezas — graças à lei estadual 11.688, aprovada em maio, e que instituiu o Programa Estadual de Parcerias



Daniel Garcia

Operários em atividade na Linha 4 do Metrô

Público-Privadas, as PPPs. Oposição e movimentos sociais resistiram. Processos foram barrados ou questionados na Justiça, como o leilão da Nossa Caixa Capitalização, a concessão do serviço de bilhetes do Metrô (Metropass) e a construção da Linha 4-Amarela do Metrô via PPP. No início de agosto de 2006, as contestações ao edital da Linha 4 foram julgadas improcedentes pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). No dia 15 de agosto, os metroviários fizeram greve em protesto contra a abertura de envelopes no processo de privatização.

O Estado arrecadou R\$ 688 milhões com a venda de 21,2% das ações da Sabesp. Outras empresas, como a Nossa Caixa Seguros e a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), foram vendidas mesmo sob fortes contestações técnicas e legais. No caso da CTEEP, a companhia foi comprada por uma empresa menor

do que ela, que sequer tinha os recursos necessários ou um empréstimo garantido para realizar a compra. O que só agrava o fato de a maior companhia brasileira de transmissão ter sido vendida sob a alegação de que os recursos seriam utilizados para abater a dívida da Companhia Energética de São Paulo (Cesp).

A concessão de rodovias e as altíssimas tarifas de pedágio têm provocado protestos e denúncias. Mas o Governo afirma que até fevereiro de 2005 as 12 concessionárias investiram R\$ 5,8 bilhões e que isso representa economia de R\$ 11 bilhões para o Estado

Um decreto do Programa Estadual de Desestatização (PED) deu início, em 1998, ao Programa de Concessões Rodoviárias, mediante o qual foi concedida por licitação, a 12 consórcios de empresas, a administração de 3.517 km de rodovias que passam por 168 municípios. Presidido pelo então vice-governador Geraldo Alckmin, o PED administrou as concessões e aprovou metodologia para estabelecer valor de pedágio em cada lote das rodovias.

Os contratos fixaram valores das concessões e tarifas, e estabeleceram índices de correção, com a finalidade de manter o equilíbrio financeiro no decorrer do tempo. Quase uma década após, o Governo faz uma avaliação positiva do Programa de Concessões Rodoviárias: “De março de 1998 a fevereiro de 2005, as 12 concessionárias investiram R\$ 5,8 bilhões nas rodovias concedidas. Isso significa desoneração (economia) para o Estado de R\$ 11,2 bilhões”, afirma em sua página eletrônica a Secretaria dos Transportes (<http://www.transportes.sp.gov.br/v20/default.asp>), que inclui nessa conta, além dos investimentos, as rubricas “despesas operacionais” (R\$ 2,6 bilhões), “conservação de rotina” (R\$ 806 milhões) e “ônus fixo” (R\$ 1,5 bilhão).

Opinião oposta é sustentada pela Liderança do PT na Assembléia Legislativa: “O valor dos pedágios em cada lote foi estabelecido sem a elaboração de uma planilha de custos de investimento e manutenção das estradas. A raiz dos aumentos indiscriminados nos pedágios está na concepção política do governo do Estado,

ao encarar o processo de desestatização de rodovias como uma oportunidade de obter lucros e não baratear o custo do serviço ao usuário”, ressalta estudo da assessoria.

Os lotes foram concedidos por 20 anos aos consórcios que fizeram as maiores ofertas ao Estado. Ao final desse período, as rodovias devem retornar à administração estadual. No processo de licitação das estradas, porém, o Governo não realizou levantamento do volume de tráfego das rodovias (designado pela sigla VDM, *volume diário médio*). O estudo aponta que o valor foi estipulado por cada concorrente — dessa forma, o Governo não pôde conhecer o volume de recursos que poderiam ser recolhidos nos pedágios, deixando, assim, de estimar adequadamente os ganhos das concessionárias.

Intriga da oposição? Entre julho de 1994 e julho de 2005, as tarifas paulistas por eixo de caminhão aumentaram 716% no sistema Anhangüera-Bandeirantes. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que esse aumento é 210% superior à variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe, que mediu a inflação em São Paulo no mesmo período. Ou seja, o valor real do pedágio mais que triplicou nesses anos nas praças estudadas (*Valor Econômico*, 30 de maio, p. A4).

No período de 1998 a 2005 o Índice Geral de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), que rege o reajuste salarial, variou 74,17%. Já o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA/IBGE),

parâmetro das metas inflacionárias do Governo federal, acumulou 76,75% de crescimento no mesmo período. O Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM-M/FGV) variou 129,83%. Todos esses valores situam-se muito abaixo da variação das tarifas de pedágio em São Paulo nesse mesmo período, que foi da ordem de 252%.

Os contratos relativos ao Rodoanel e a outras obras estaduais poderão ser objeto de investigação das CPIs que, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a Alesp deverá instalar em 2006

Em pesquisa encomendada ao Ibope pelo Sindicato das Empresas de Carga em São Paulo, na qual mais de 1.000 pessoas foram entrevistadas, constatou-se que 90% da população paulista acham alta a tarifa do pedágio, e 54% acham o pedágio *muito caro*. O índice de descontentamento com o pedágio supera o resultado da pesquisa na qual 42% da população acreditam que as estradas paulistas são ótimas ou boas. O levantamento também aponta que 43% dos entrevistados acreditam que vale a pena pagar pedágio e outros 48% afirmam que não vale a pena.

O Programa de Concessões Rodoviárias suscitou também denúncias e questionamentos judiciais.

Um documento registrado em dois cartórios diferentes antecipou os nomes das empresas vencedoras nas licitações de cinco lotes de rodovias estaduais. Os denunciantes anteciparam que o consórcio vitorioso no lote 1, que compreende o complexo Anhangüera-Bandeirantes, seria o Jaraguá, composto pelas empreiteiras Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, CBPO e Serveng. Isso se confirmou com a divulgação da proposta publicada no *Diário Oficial* em 3 de março de 1998.

Tramita na 8ª Vara Cível da Justiça Federal uma ação civil pública (2002.61.00.007971-4) de autoria da bancada do PT na Alesp, que aponta ilegalidades e superfaturamento nos contratos do Rodoanel, trecho Oeste. Nesse caso, o Estado despendeu mais de R\$ 200 milhões para desapropriar 78 imóveis, quando a previsão inicial era destinar R\$ 131 milhões para desapropriar 553 imóveis. Além disso, houve estouro em 70% no custo do trecho Oeste da obra, que custou aos cofres públicos R\$ 289 milhões acima do valor inicial previsto.

Os contratos que envolvem o Rodoanel e outras obras poderão ser objeto de investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a Alesp deverá instalar ainda em 2006. “Queremos instalar a CPI do Rodoanel, Calha do Tietê, CDHU, Nossa Caixa e Febem. Tudo vai depender da força política”, afirma o líder do PT na casa, deputado Enio Tato.